

Prefeituras sem dinheiro para pagar suas contas

Entre 64 prefeituras no Estado analisadas por estudo da Firjan, 43 estão com dificuldades na gestão ou enfrentam problemas críticos

Dayane Freitas

A situação fiscal de mais da metade das prefeituras no Espírito Santo não está nada favorável e pode haver dificuldade para pagar as contas até dezembro.

Entre 64 prefeituras no Estado analisadas por um estudo da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), 43 estão com dificuldades na gestão ou enfrentam problemas críticos.

O Índice Firjan de Gestão Fiscal analisou dados de 2015 a partir de cinco indicadores: Receita Própria, Gastos com Pessoal, Investimentos, Liquidez e Custo da Dívida. Para cada item foi dada uma pontuação entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, melhor a situação fiscal do município.

No Estado, 39 cidades receberam pontuação entre 0,4 e 0,6 no índice geral. Isso as enquadra como prefeituras com gestão em dificuldade. Outras quatro têm gestão crítica, pois obtiveram resultados inferiores a 0,4 ponto (apesar disso, não significa que todas violaram a Lei de Responsabilidade Fiscal).

Na tabela desta página é possível conferir o ranking dessas cidades, localizadas a partir da 22ª colocação até a 64ª. As prefeituras da 1ª até a 21ª colocação alcançaram ín-

dices entre 0,7685 e 0,6053 e foram enquadradas no conceito de boa gestão (entre 0,6 e 0,8 ponto).

Catorze municípios do Estado ficaram de fora da pesquisa, segundo a Firjan, porque não haviam disponibilizado até o dia 12 de julho os dados para a Secretaria do Tesouro Nacional, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, ou apresentavam inconsistências que impediram a análise.

O coordenador de Estudos Econômicos do Sistema Firjan, Jonathan Goulart, explicou os critérios de classificação das prefeituras em dificuldade. "São municípios que gastam bastante com pessoal, têm problemas de liquidez e fatalmente investem muito pouco."

A pesquisa também apontou que a situação das contas públicas municipais no País registrou o pior resultado em dez anos. Um total de 87% dos 4.688 municípios analisados foi enquadrado em situação fiscal difícil ou crítica. Apenas 12,1% apresentaram boa situação fiscal e 0,5% têm excelente gestão fiscal.

SAIBA MAIS

Infração

> A PESQUISA DA FEDERAÇÃO das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) mostrou ainda que 750 municípios brasileiros violaram em 2015 algum princípio da legislação de responsabilidade fiscal.

> CADA VEZ MAIS MUNICÍPIOS ultrapassam o teto de 60% da receita corrente líquida com salários.

Fonte: Firjan.



JONATHAS GOULART diz que houve falta de planejamento dos municípios

CIDADES EM DIFICULDADE

MUNICÍPIO	PONTUAÇÃO
*22º - Colatina	0.5977
23º - Rio Bananal	0.5948
24º - Santa Leopoldina	0.5922
25º - Baixo Guandu	0.5881
26º - Águia Branca	0.5856
27º - Viana	0.5835
28º - Vila Pavão	0.5807
29º - Venda Nova do Imigrante	0.5801
30º - João Neiva	0.5721
31º - Sooretama	0.5686
32º - Ibitirama	0.5627
33º - Nova Venécia	0.5595
34º - Atilio Vivácqua	0.5563
35º - Boa Esperança	0.5503
36º - São Roque do Canaã	0.5443
37º - Marechal Floriano	0.5429
38º - Governador Lindenberg	0.5415
39º - Ecoporanga	0.5411
40º - Castelo	0.5388
41º - Domingos Martins	0.5383
42º - Mucurici	0.5378
43º - Pancas	0.5369
44º - Muqui	0.5369
45º - Bom Jesus do Norte	0.5227
46º - Ponto Belo	0.5202
47º - Jerônimo Monteiro	0.5189
48º - Vila Valério	0.5121
49º - Alegre	0.5110
50º - Rio Novo do Sul	0.5006
51º - São Gabriel da Palha	0.4981
52º - Montanha	0.4767
53º - Brejetuba	0.4748
54º - Apicá	0.4534
55º - Afonso Cláudio	0.4479
56º - Santa Teresa	0.4473
57º - Água Doce do Norte	0.4332
58º - Mimoso do Sul	0.4311
59º - São Mateus	0.4068
60º - Laranja da Terra	0.4030
61º - Barra de São Francisco	0.3622
62º - Jaguaré	0.3620
63º - Irupi	0.3560
64º - Alto Rio Novo	0.3251

FONTE: ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL (IFGF 2016).

* Os municípios do Estado listados da 1ª até a 21ª colocação alcançaram índices entre 0,7685 e 0,6053 e foram enquadradas no conceito de boa gestão (entre 0,6 e 0,8 ponto).

Salários não estão garantidos

Se a situação fiscal de muitas prefeituras no Espírito Santo continuar como está, até o final do ano será difícil garantir o salário dos funcionários públicos.

A informação é do presidente da Associação Capixaba dos Municípios (Amunes), Dalton Perim. Ele explicou que a recuperação das prefeituras não será tão rápida.

"Acredito que estamos com risco sim (de não conseguir pagar salários), porque o cenário apresenta uma condição desfavorável para a recuperação da economia. Apesar de alguns indicadores começarem a se estabilizar, vai demorar para recuperar o desequilíbrio entre receita e despesa. Se ficar do jeito que está, vai ser difícil", afirmou Perim.

As prefeituras, na visão do presidente da Amunes, sofrem com as responsabilidades dadas pelo governo federal.

"O pacto federativo hoje é injusto. Quem é mais demandado por serviços públicos (prefeituras) fica com a menor parcela do dinheiro,



DALTON PERIM disse que prefeituras sofrem com as responsabilidades dadas pelo governo federal

depende muito das transferências da União e não tem autonomia de receita", justificou Perim.

O coordenador de Estudos Econômicos da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Jonathan Goulart, avaliou que houve falta de planejamento.

"A queda das receitas e a falta de planejamento financeiro ou de antecipação da atividade econômica fizeram com que os municípios fossem pegos de surpresa pela de-

saceleração de receitas, tanto de transferência quanto próprias", explicou.

Dalton Perim concordou que isso ocorre em alguns casos. "Concordo que falta planejamento. Temos de mudar o modelo de gestão do município. As prefeituras que não priorizarem a capacidade técnica e o planejamento de longo prazo, sem saber quais recursos terão amanhã, vão se perder nesse cenário", destacou.

ANÁLISE

"Gasto público está crescendo em ritmo superior às receitas"

"Os resultados apresentados pelo Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) retratam bem as condições em que se encontram as contas públicas brasileiras e apontam porque a situação dos municípios também piorou.

Há pelo menos oito anos que os gastos públicos estão crescendo em um ritmo superior ao das receitas.

Adicionalmente, foram gastos para sustentar a máquina estatal, que tem baixíssimo efeito multiplicador sobre a atividade econômica.

Isso deteriorou a situação das contas públicas que, com a recessão em que o País se encontra, ficaram insustentáveis.

Sem crescimento não há receita tributária para a União. Se as receitas da União caem, o percentual de transferência para estados e muni-

cípios também cai, comprometendo as receitas desses entes também.

Como os municípios reproduziam a mesma dinâmica de gastos da União, preferindo gastos de investimentos em favor dos gastos de custeio, não alimentaram o embrião do dinamismo para a atividade econômica.

Diante a recessão passaram a incorrer em déficits porque suas receitas próprias não foram capazes de sustentar seus gastos e manter as contas sob controle.

Assim sendo, os indicadores do Índice Firjan de Gestão Fiscal para os municípios são o reflexo das escolhas dos seus governantes, que não souberam gastar os recursos públicos segundo os princípios do interesse da coletividade e priorizando o crescimento econômico e social".

Arilda Teixeira, economista e professora da Fucape

